

A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ E PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

THE IMPORTANCE OF THE BETTER HAPPY CHILDREN AND EARLY CHILDHOOD PROGRAM IN CHILDHOOD DEVELOPMENT

Andreia da Silva de Souza¹

RESUMO: O objetivo do estudo é analisar a visão dos responsáveis pelas crianças que fazem parte do Programa Criança Feliz (PCF) e Primeira Infância Melhor (PIM) em relação às atividades e aos resultados dos programas. Metodologicamente contempla uma abordagem qualitativa, do tipo exploratória e aplicada, a ser realizada em três municípios do estado do Rio Grande do Sul, e fontes bibliográficas e, com o propósito de investigar e analisar a significância do desenvolvimento infantil na primeira infância. A pesquisa se justifica devido à relevância intrínseca de compreender a importância do desenvolvimento infantil, por meio dos programas. No contexto geral, os resultados não revelam diferenças substanciais nas percepções dos cuidadores nos três municípios, ressaltando que os programas tem sido eficaz em atender às expectativas dos seus beneficiários. Logo, antecipase que os resultados deste estudo proporcionem uma melhor compreensão da percepção das famílias beneficiárias dessa política, ao buscar entender e avaliar as atividades do PCF e PIM no estado gaúcho. Acredita-se que esta pesquisa possa funcionar como uma ferramenta de avaliação do programa, capaz de apresentar à sociedade os resultados obtidos na região em estudo e, assim, orientar a formulação de novas ações.

Palavras-chave: Programas. Desenvolvimento. Infantil.

ABSTRACT: The objective of the study is to analyze the view of those responsible for children who are part of the Happy Child Program (PCF) and Melhor Primeira Infância (PIM) in relation to the activities and results of the programs. Methodologically, it includes a qualitative, exploratory and applied approach, to be carried out in three municipalities in the state of Rio Grande do Sul, and bibliographical sources and, with the purpose of investigating and analyzing the significance of child development in early childhood. The research is justified due to the intrinsic relevance of understanding the importance of child development through programs. In the general context, the results do not reveal substantial differences in the perceptions of caregivers in the three municipalities, emphasizing that the programs have been effective in meeting the expectations of their beneficiaries. Therefore, it is anticipated that the results of this study will provide a better understanding of the perception of the beneficiary families of this policy, when seeking to understand and evaluate the activities of the PCF and PIM in the state of Rio Grande do Sul. It is believed that this research can function as a program evaluation tool, able to present to society the results obtained in the region under study and, thus, guide the formulation of new actions.

Keywords: Development. Children's. Early Childhood.

¹ Mestrado em Administração Pública. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

INTRODUÇÃO

Primeiramente, é fundamental destacar a relevância da busca pela compreensão da importância do desenvolvimento infantil na primeira infância. Isso se deve ao fato de que a construção de uma sociedade bem estruturada, composta por cidadãos reflexivos e críticos, está intrinsecamente ligada aos progressos realizados nos primeiros anos de vida das crianças. Estudos científicos têm consistentemente revelado que as primeiras experiências vivenciadas na primeira infância desempenham um papel crucial no desenvolvimento integral da criança.

No entanto, é imperativo que se façam investimentos nessa fase para garantir resultados positivos. É relevante ressaltar que o desenvolvimento infantil engloba um conjunto de aprendizados que capacitam a criança a se tornar cada vez mais independente e autônoma. É por isso que a educação infantil desempenha um papel fundamental na vida das crianças. É importante mencionar que este foi um processo lento e desafiador.

No entanto, no Brasil, somente em 2016 foi elaborado um programa de alcance nacional com o propósito de aprimorar os laços familiares e monitorar o progresso das crianças e gestantes. O Programa Criança Feliz (PCF) visa promover o desenvolvimento completo das crianças durante os primeiros anos de vida. O Criança Feliz é um dos maiores programas de visitas domiciliares em todo o mundo. Vale ressaltar que, antes da expansão do PCF, um programa com objetivos muito semelhantes já estava em desenvolvimento no estado do Rio Grande do Sul (RS), conhecido como Programa Primeira Infância Melhor (PIM), o qual passou a oferecer ações colaborativas às famílias durante esse processo de expansão.

A escolha desta temática emergiu da necessidade de compreender como ocorre o desenvolvimento infantil nos primeiros anos de vida da criança e qual é a sua importância. Nesse sentido, este estudo busca coletar dados e informações para responder à seguinte pergunta: qual é a importância do programa Criança Feliz e Primeira Infância Melhor no desenvolvimento infantil na primeira infância?

Para responder a essa questão, é essencial estabelecer um objetivo geral, ou seja, o que se pretende alcançar de forma abrangente. Este objetivo geral representa uma análise da visão dos beneficiários e a eficácia das ações do programa, avaliando

também o retorno do investimento realizado. Isso tem como propósito ajudar a identificar oportunidades de aprimoramento, verificar se a implementação está conforme as expectativas e fornecer dados que possam orientar a proposição de soluções. Para atingir esse propósito, as áreas de análise incluem municípios que representam as oito regiões intermediárias do Rio Grande do Sul.

Para alcançar esse objetivo geral, é necessário estabelecer objetivos específicos, que desempenham um papel intermediário e instrumental. Eles ajudam a alcançar o objetivo geral e aplicá-lo a situações particulares. Com base nessa abordagem, foram definidos os seguintes objetivos específicos: (a) contextualizar as políticas públicas voltadas para a primeira infância no Brasil; (b) discorrer sobre o Programa Criança Feliz e Primeira Infância Melhor.

Considerando a potencial complexidade de compreender o desenvolvimento infantil nos primeiros anos de vida e sua importância, este estudo se justifica ao proporcionar uma imersão em fundamentos teóricos que podem efetivamente contribuir para a transformação de paradigmas das políticas públicas.

No entanto, é importante observar que este estudo foi conduzido por meio de uma pesquisa exploratória e bibliográfica, com o propósito de investigar as diversas contribuições científicas relacionadas ao tema abordado. Nesse processo, foram buscadas publicações que abordam questões pertinentes a essa área de estudo e a análise das entrevistas com os respondentes.

POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA NO BRASIL

As políticas públicas desempenham um papel de extrema importância na sociedade, especialmente em setores cruciais como educação, saúde, habitação, previdência social e saneamento. Essas políticas englobam uma série de iniciativas em níveis municipal, estadual e federal, visando de promover o bem-estar social e garantir os direitos de cidadania, visando atender às necessidades de diversos segmentos sociais, culturais, econômicos e étnicos (SILVA, 2021).

Dentro desse contexto, as políticas públicas fazem parte de um conjunto de medidas, programas, campanhas e decisões políticas formuladas com a participação

direta ou indireta de atores públicos e privados. A definição de políticas públicas tem um caráter processual e estrutural, envolvendo a identificação de um problema, a proposição de possíveis soluções, a escolha entre diferentes abordagens de implementação e, por fim, a determinação de um plano de ação específico que viabilize a execução das decisões tomadas (BRASIL; CAPELLA, 2016).

Na sua definição, as políticas públicas como orientações desenvolvidas para resolver problemas de interesse público. Estes conceitos, conforme mencionado, têm como cerne a abordagem de questões sociais específicas, exigindo ações planejadas e coordenadas para abordar os desafios e as necessidades sociais (VENÂNCIO, 2018).

As políticas públicas de amplo alcance e com impacto direto nas famílias em situação socioeconômica vulnerável têm o potencial de transformar a realidade da pobreza no Brasil. A relevância das políticas públicas é evidenciada em estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA em 2019, que demonstraram que o Programa Bolsa Família (PBF) reduziu a taxa de pobreza do país em 15% e a taxa de extrema pobreza em 25%. Como resultado, mais de 3,4 milhões de pessoas saíram da extrema pobreza em 2017 (VENTURA, 2022).

A profunda desigualdade existente no Brasil é um dos principais fatores subjacentes à pobreza e à extrema pobreza, refletindo-se em todas as áreas da vida, como educação, saúde, habitação, saneamento, alimentação e cultura, entre outras. Isso significa que o início da vida das crianças em situação de vulnerabilidade social já é marcado por essas desigualdades (BRASIL; CAPELLA, 2016).

Portanto, o desenvolvimento da primeira infância no Brasil ocorre em um contexto de desigualdade, que é ainda mais acentuada entre as crianças. Visando objetivo de abordar essas disparidades e criar condições para o desenvolvimento pleno das crianças, leis, estatutos e resoluções foram estabelecidos tanto nacional quanto internacionalmente. Entre essas normas, destaca-se a Lei nº 13.257/2016, que promulgou o Marco da Primeira Infância, estabelecendo a criança desde o nascimento até os seis anos como prioridade no desenvolvimento de programas, na capacitação de profissionais e na formulação de políticas públicas (SILVA, 2021).

O Brasil passou por transformações substanciais no que diz respeito ao quadro jurídico, políticas sociais, ações governamentais e engajamento da sociedade

brasileira em iniciativas relacionadas à proteção, promoção e participação das crianças. Entretanto, por muitos anos, o atendimento às crianças no Brasil não foi considerado uma responsabilidade do Estado. As crianças permaneceram fora do foco das políticas públicas brasileiras até quase a metade do século XX, sendo que as questões relacionadas à infância eram frequentemente tratadas como questões estritamente familiares (DIAS; MATOS, 2014).

As experiências vividas pela criança durante seus primeiros anos de vida estabelecem a base para seu desenvolvimento subsequente, e cada etapa do desenvolvimento infantil depende da anterior. Portanto, para que funções mais complexas possam ser adquiridas e desempenhadas em uma sequência de aquisições de novas habilidades e capacidades, é essencial o investimento em políticas públicas voltadas para a primeira infância. Isso significa que cada criança deve ser reconhecida e tratada como um indivíduo único, pleno de direitos (ANDRADE, 2019).

Além disso, é crucial considerar o contexto de vida de cada criança e a construção de sua identidade familiar nas discussões sobre a promoção da primeira infância no Brasil. Logo, concebe a criança como um ser detentor de direitos, embora ainda fragilizado para exercê-los plenamente. Diante dessa vulnerabilidade, é responsabilidade de todos os adultos comprometer-se com a proteção e a defesa das crianças, em contextos institucionais, familiares e sociais (ALMEIDA; GOMES).

Portanto, cabe ao Estado promover mudanças e desenvolver programas e políticas de maneira sistemática nos estados e municípios do Brasil, com o propósito de contribuir para o cuidado primordial das crianças durante seus primeiros anos de vida (GOMES; FERREIRA, 2018).

PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

O Programa Criança Feliz (PCF) foi estabelecido pelo Decreto Nº 8.869 em 5 de outubro de 2016, com a implementação nos municípios a partir de 2017. Sua formalização foi concluída por meio do Decreto Nº 9.579 em 22 de novembro de 2018, com o objetivo central de promover o desenvolvimento integral das crianças durante a primeira infância. Isso é realizado por meio de ações de acompanhamento familiar,

onde equipes treinadas visitam as famílias beneficiadas, oferecendo orientações para fortalecer os laços familiares e promover o desenvolvimento infantil (ALESSANDRA et al., 2023).

O programa atende a grupos específicos, incluindo crianças de até seis anos gestantes. Há três grupos prioritários: 1) famílias com gestantes e crianças de até três anos beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF); 2) famílias com crianças de até seis anos que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC); e 3) crianças de até seis anos afastadas do convívio familiar (CAVALCANTI; RIVEROS, 2020).

Os principais objetivos do PCF incluem promover o desenvolvimento humano por meio do acompanhamento infantil, apoiar gestantes, proteger as crianças e facilitar o acesso a programas sociais. As atividades do Programa Criança Feliz estão integradas ao Programa Governamental Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que abrange ações socioassistenciais complementares e integradas, bem como serviços e benefícios socioassistenciais. O SUAS é operado ao nível municipal, diretamente pela Prefeitura ou em parceria com Organizações da Sociedade Civil reconhecidas (ARCOVERDE; MÉLO; DE CARVALHO BEZERRA, 2019).

Os municípios podem aderir ao PCF ao nível municipal, desde que possuam um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e tenham no mínimo 140 pessoas do público-alvo. No Brasil, existem um total de 3.780 municípios elegíveis para o programa, e entre 2018 e 2019, 2.664 deles aderiram ao PCF representando uma taxa de adesão de cerca de 70% (CAPILHEIRA; MOTA; LOCKMANN, 2021).

No estado do Rio Grande do Sul, o PCF atende a 76 municípios, ou seja, aproximadamente 15% dos municípios possuem ações do PCF. Desses, 69 também implementaram o Programa Primeira Infância Melhor (PIM). Portanto, a proporção de municípios que possuem ambos os programas (PIM e PCF) é de 14% (JACCOUD et al., 2020).

PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR

O Rio Grande do Sul foi pioneiro no Brasil ao introduzir, em 2003, uma política pública abrangente destinada à infância, denominada Programa Primeira

Infância Melhor (PIM). Esse programa tem como alvo famílias que vivem em situação de extrema pobreza, abrangendo gestantes e crianças de zero a seis anos incompletos (VERCH, 2017).

O propósito do PIM é promover o desenvolvimento completo das capacidades físicas, intelectuais, psicológicas e sociais das crianças, aspectos cruciais nessa fase de suas vidas. Suas ações englobam visitas domiciliares semanais e encontros comunitários, todos voltados para fortalecer as competências parentais e aprimorar as habilidades na educação e no cuidado das crianças. Dessa forma, o programa atua de maneira integrada nas áreas de saúde, educação e assistência social, implementando práticas específicas para os cuidados durante os primeiros anos de vida (DA SILVA et al., 2018).

O PIM se tornou uma política pública estadual por meio da Lei nº 12.544/2006 e, atualmente, serve como base para o programa de âmbito nacional conhecido como "Programa Criança Feliz". Os municípios podem optar por participar voluntariamente do programa, firmado por meio de acordos com o governo estadual. Nesse contexto, a administração municipal é responsável por apoiar o programa, disponibilizando locais para a realização das atividades, contratando e capacitando profissionais para as visitas domiciliares e oferecendo infraestrutura nas comunidades envolvidas (DENBOBA et al., 2014).

Por sua vez, o Estado fornece assistência técnica e supervisiona a implementação do programa. Logo, o PIM direciona suas ações a três grupos específicos: (i) crianças de zero a 3 anos que recebem visitas semanais; (ii) crianças de 4 a 6 anos visitadas regularmente, podendo variar entre visitas semanais, quinzenais ou mensais; e (iii) mulheres grávidas que participam de reuniões comunitárias a cada duas semanas, focadas em orientações pré-natais (MARTINS, 2022).

A seleção dos beneficiários é realizada com base em diversos critérios, incluindo baixo PIB per capita, elegibilidade para programas de transferência de renda, proporção de mulheres em idade fértil, disponibilidade de educação infantil, índices de analfabetismo ou baixa escolaridade do cuidador principal, além do número de crianças que necessitaram de hospitalização durante o primeiro ano de

vida. Desde sua criação até 2021, o programa beneficiou um total de 213.542 famílias, atendendo a 253.126 crianças e 61.674 gestantes. O número de visitantes cadastrados aumentou significativamente, passando de 20 em 2003 para 14.051 em 2021 (VERCH, 2017).

MÉTODO

Este estudo tem com o propósito produzir conhecimento voltado para aplicação prática, visando resolver questões específicas relacionadas a realidades locais e interesses particulares. Nesse contexto, a pesquisa atual tem por objetivo principal gerar entendimento a respeito da perspectiva das famílias que fazem uso do Programa Criança Feliz e Primeira Infância Melhor nos municípios analisados neste estudo.

No que diz respeito ao objetivo do estudo, ele foi conduzido por meio de pesquisa exploratória, pois visa proporcionar um entendimento inicial e familiarização com o problema em questão. Além disso, o trabalho foi fundamentado em revisões bibliográficas. Assim, a metodologia adotada neste estudo é exploratória, uma vez que busca investigar a temática de forma aprofundada (GIL, 2016).

A abordagem metodológica deste trabalho é qualitativa, pois se baseia em julgamentos qualitativos, dessa forma, não utiliza ferramentas estatísticas para apreciação dos dados. A maioria desses dados qualitativos são resultados da realização de entrevistas, de observações e de registros documentais. A utilização da pesquisa qualitativa possibilita, “uma melhor visão e compreensão do contexto do problema, enquanto a pesquisa quantitativa procura quantificar os dados e aplica alguma forma da análise estatística (MARCONI; LAKATOS, 2015).

Quanto ao universo da pesquisa, foi desenvolvido através da realização de uma entrevista estruturada juntamente com as famílias beneficiárias de ambos os programas. A entrevista foi realizada em três municípios do estado do Rio Grande do Sul, no total de duas famílias por município, totalizando seis entrevistas. A entrevista será apresentada de forma contextualizada, frisando as partes mais relevantes ao assunto abordado, e o questionário distribuído em gráficos, detalhando e esclarecendo as informações coletadas (GIL, 2016).

ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS DADOS

Para garantir a confidencialidade das identidades dos participantes, foram adotados códigos de identificação durante a coleta de dados, que consistiram em combinações como A1, A2, B1, B2, C1 e C2. Nesse sistema, a letra representava o município e o número se referia às entrevistadas. Esse procedimento foi implementado para preservar o anonimato dos envolvidos.

A fim de capturar informações de forma abrangente, foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturada detalhada. Esse roteiro foi organizado em dois blocos distintos: o primeiro bloco destinado a coletar informações sobre o perfil dos entrevistados, enquanto o segundo bloco consistia em perguntas relacionadas ao serviço prestado.

Quadro 1 - Roteiro de entrevista com os beneficiários dos programas.

Blocos	Questões
Bloco 1 – Perfil dos beneficiários.	1.1 Idade 1.2 Escolaridade 1.3 Estado Civil 1.4 Sexo 1.5 Parentesco com a criança
Bloco 2 – Satisfação com o programa	2.1 A visitadora utilizar identificação do programa? 2.2 A visitadora deixa claro o motivo da visita? 2.3 Em caso de necessidade, a visitadora ajuda no encaminhamento para a assistência em geral? (exemplo: cesta básica) 2.4 A visitadora cumpre com os horários combinados? 2.5 Você se sente à vontade com a visitadora? 2.6 A visitadora contribui no desenvolvimento da criança? 2.7 Você avalia de forma positiva o PIM e o PCF?

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

No primeiro bloco, é apresentado o perfil dos entrevistados, visando obter informações sobre suas características sociodemográficas, as quais serão apresentadas no Quadro 2. Além disso, são fornecidos os códigos correspondentes que serão empregados na exposição das narrativas das entrevistadas.

Quadro 2 – Perfil dos respondentes

Código	Idade	Escolaridade	Estado civil	Sexo	Parentesco com a criança
A1	18	Ensino fundamental incompleto.	Solteira	F	Mãe
A2	42	Ensino fundamental incompleto.	Solteira	F	Mãe
B1	22	Ensino médio incompleto.	Solteira	F	Mãe
B2	34	Ensino médio completo.	Casada	F	Mãe
C1	52	Ensino fundamental incompleto.	Casada	F	Mãe
C2	21	Ensino médio incompleto.	Solteira	F	Mãe

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Em relação ao nível de escolaridade das entrevistadas, observou-se que 2 delas concluíram o ensino médio, 1 não concluiu o ensino médio e 3 não concluíram o ensino fundamental. As idades das entrevistadas variaram entre 18 e 52 anos. Quanto ao estado civil, 4 são solteiras e 2 são casadas. Todas as entrevistadas são mães das crianças beneficiárias dos programas.

Os resultados desta pesquisa abordam questões relacionadas à satisfação dos participantes em relação aos programas, especialmente as atividades realizadas pelas visitadoras. É importante ressaltar que o Programa Criança Feliz (PCF) e o Programa Primeira Infância Melhor (PIM), por meio de visitas domiciliares, oferecem apoio e orientação às famílias, visando fortalecer os laços familiares, comunitários e estimular o desenvolvimento infantil (MUNHOZ et al., 2022).

O segundo conjunto de resultados se concentra na satisfação dos beneficiários e em sua percepção sobre o PCF e o PIM em relação à contribuição do trabalho das

visitadoras. Em relação à pergunta sobre se as visitadoras utilizam a identificação do programa, todas as entrevistadas concordaram que as visitadoras chegam em suas residências devidamente uniformizadas, com crachá, colete e mochila do programa: “Além disso, as visitadoras costumam trazer materiais impressos em suas mochilas, bem como brinquedos e atividades planejadas para a visita” (A₁).

As famílias destacaram o compromisso das visitadoras, e as crianças demonstram entusiasmo pelas atividades realizadas durante as visitas. Quando questionadas sobre se as visitadoras deixam claro o motivo da visita, todas afirmaram que sim. As visitadoras explicam as atividades que serão realizadas com as crianças, discutem o comprometimento da família e fazem perguntas sobre o progresso das crianças, como saúde e comportamento: “Elas também mantêm registros de cada visita para acompanhar o desenvolvimento das crianças” (C₂).

Ficou evidente que as visitadoras estão genuinamente interessadas no desenvolvimento das crianças vinculadas aos programas. Quando questionadas sobre se as visitadoras ajudam no encaminhamento para assistência em geral, as entrevistadas afirmaram que sim. As visitadoras fornecem orientações sobre como procurar assistência médica, informando sobre os procedimentos necessários e os documentos exigidos: “As famílias expressaram sua satisfação com o apoio prestado pelas visitadoras e enfatizaram a qualidade das orientações recebidas” (B₁).

Quando perguntadas se as visitadoras cumprem com os horários combinados, todas concordaram que sim: “As visitadoras chegam pontualmente no horário marcado, e em caso de imprevistos, elas mantêm comunicação com as famílias por meio de grupos de WhatsApp” (A₂).

Os resultados das entrevistas com as famílias evidenciaram que elas percebem que os programas, tanto o PCF quanto o PIM, são benéficiais para as crianças nos primeiros anos de vida. O fortalecimento dos laços familiares e o aprimoramento das relações entre irmãos foram observados entre as famílias. Quando questionadas sobre se se sentem à vontade com as visitadoras, todas responderam afirmativamente. “Elas destacaram a humanidade, a paciência e a competência profissional das visitadoras. Ao longo do tempo, as visitas permitiram o estabelecimento de uma proximidade e uma relação de afinidade” (C₁).

As entrevistadas reconheceram o papel significativo das visitadoras na criação de vínculos e interações com as famílias durante as visitas domiciliares. Elas perceberam a contribuição das visitadoras por meio do suporte, orientação, assistência e encaminhamento de benefícios às famílias: “As visitadoras desempenham um papel fundamental no fortalecimento dos laços familiares por meio das atividades, atendimento e acompanhamento” (B2).

É importante destacar que, conforme as regulamentações dos programas, as visitadoras recebem capacitação em diversas áreas do conhecimento, o que inclui saúde, serviço social, direitos humanos, educação, cultura, entre outros campos. No entanto, ainda existem desafios na formação das visitadoras, especialmente em relação à especificidade das crianças prematuras e à identificação precoce de riscos psíquicos ao desenvolvimento. Portanto, há lacunas no treinamento das visitadoras, que podem não estar totalmente preparadas para identificar problemas em crianças, especialmente prematuras (DENBOBA, 2014).

Nesse sentido, é crucial que as visitadoras recebam treinamento contínuo para detectar precocemente riscos psíquicos em bebês, independentemente de serem prematuros ou não, a fim de alcançar os objetivos dos programas. Investir na primeira infância e identificar precocemente fatores de risco são estratégias importantes para o desenvolvimento infantil (CAVALCANTI; RIVEROS, 2020).

Portanto, considerando a importância dos programas voltados para a primeira infância no contexto do desenvolvimento infantil ao longo da vida e levando em conta a complexa estrutura desses programas, fica claro que tanto o PCF quanto o PIM desempenham um papel crucial na promoção do envolvimento das famílias no cuidado, proteção e educação das crianças (ZAGO; ANDRIGHETTI; SEHN, 2022).

Ficou evidente que esses programas oferecem apoio às famílias e desempenham um papel significativo no desenvolvimento e aprendizado das crianças. Os responsáveis pelos programas concordam que a integração entre eles desempenha um papel fundamental no desenvolvimento e aprendizado das crianças. Essas políticas públicas de assistências a primeira infância, ajudam as crianças no seu desenvolvimento (COURI; SALVADOR, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A responsabilidade pelo bem-estar da criança é compartilhada entre a família, a sociedade e o Estado. Nesse contexto, cabe ao Estado a obrigação de estabelecer políticas públicas que garantam os direitos da criança, incluindo o acesso a serviços essenciais, como saúde, alimentação e educação, visando promover um nascimento e desenvolvimento infantil adequado e saudável. A implementação dessas políticas públicas, especialmente aquelas direcionadas à primeira infância, desempenha um papel fundamental na garantia da proteção integral da criança, justificando, assim, a necessidade de estudos dedicados a esse tema.

Nesse sentido, o objetivo deste estudo foi avaliar o Programa Primeira Infância Melhor e Criança Feliz na perspectiva das famílias beneficiadas, com foco na percepção das famílias. Apesar dos avanços na abordagem da primeira infância e do respaldo legal e político para programas voltados ao desenvolvimento infantil, ainda existem desafios a serem superados.

A atenção à primeira infância é uma questão complexa, dada a multiplicidade de atores envolvidos, incluindo os níveis federal, estadual e municipal, bem como diversas secretarias e ministérios responsáveis pela implementação das diretrizes estabelecidas. Além disso, essa atenção envolve orientar os responsáveis pelas crianças sobre a importância do fortalecimento dos vínculos familiares para o desenvolvimento infantil.

O estudo atingiu seu propósito, respondendo à sua problemática por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas individualmente com as famílias beneficiárias dos programas. Os dados foram analisados em dois blocos: o primeiro apresentou o perfil das entrevistadas, e o segundo abordou a percepção das famílias em relação à satisfação com os programas, considerando as atividades realizadas pelas visitadoras. A avaliação realizada pelas famílias indicou uma percepção positiva em todos os aspectos abordados.

Os resultados deste estudo, bem como a própria condução da pesquisa, ofereceram uma perspectiva científica sobre a realidade dos programas, dentro do escopo analisado, e estimularam reflexões sobre a temática e a realidade da atenção à primeira infância no estado investigado. Quanto aos benefícios, espera-se que os

resultados contribuam para o avanço científico sobre o tema, possibilitando o desenvolvimento de um instrumento de avaliação da satisfação dos cuidadores envolvidos no Programa Criança Feliz e Primeira Infância Melhor.

Por fim, é importante ressaltar que esta pesquisa não aborda todas as questões possíveis relacionadas ao tema. Novas discussões e perspectivas podem e devem surgir para aprofundar e enriquecer o conhecimento sobre o assunto. Recomenda-se que estudos futuros considerem a expansão do escopo para outros territórios de desenvolvimento no Estado do Rio Grande do Sul, a fim de explorar a perspectiva dos municípios em diferentes contextos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALESSANDRA, Alessandra et al. Avaliação Qualitativa do Programa Criança Feliz: efetividade ou desperdício de investimento?. **Sociedade em Debate**, v. 5, n. 1, 2023. Disponível em: <https://sociedadeemdebate.com.br/index.php/sd/article/view/74>.

ALMEIDA, L. A.; GOMES, R. C. Perspectivas Teóricas para a Análise de Políticas Públicas: Como Lidam com a Complexidade? **Administração Pública e Social**, v. 11, n. 1, p. 16-27, 2019. <http://dx.doi.org/10.21118/apgs.v11i1.1557>.

ANDRADE, M. C. Políticas Públicas na Constituição Federal de 1998. **CSONline-Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 29, 2019.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito; MÉLO, Elisa Celina Alcantara Carvalho; DE CARVALHO BEZERRA, Josinete. A responsabilização da família na cena contemporânea: particularizando o Programa Criança Feliz. **Revista em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 17, n. 44, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/45221>.

BRASIL, Felipe Gonçalves; CAPELLA, Ana Claudia Niedhardt. Os estudos das políticas públicas no Brasil: passado, presente e caminhos futuros da pesquisa sobre análise de políticas. **Revista Política Hoje**, v. 25, n. 1, p. 71-90, 2016.

CAPILHEIRA, Carolina Dias; MOTA, Maria Renata Alonso; LOCKMANN, Kamila. As Políticas de assistência social à infância na governamentalidade neoliberal: estratégias de investimento em capital humano. **Zero-a-seis**, v. 23, n. 1, p. 1132-1154, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8078819>.

CAVALCANTI, Camila Dias; RIVEROS, Jorge Luis Triana. Política Social e Garantia de Direitos: uma análise do programa criança feliz na proteção à primeira infância no contexto do capitalismo dependente. **Caderno Virtual**, v. 3, n. 48, 2020. Disponível em:

<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/view/4847>.

COURI, Joseane Rotatori; SALVADOR, Evilásio. As dimensões do financiamento da Política de Assistência Social no Brasil. **Argumentum**, v. 9, n. 3, p. 81-97, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6233897>.

DA SILVA, Marcela Souza et al. Aleitamento materno exclusivo na atenção básica: intervenção na primeira infância. **Revista Eixos Tech**, v. 5, n. 1, 2018. Disponível em: <https://eixostech.pas.ifsuldeminas.edu.br/index.php/eixostech/article/view/205>.

DENBOBA, Amina D. et al. **Intensificando o desenvolvimento da primeira infância. Investindo na primeira infância com grandes retornos.** Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. São Paulo. Recuperado de: <http://www.fmcsv.org.br/pt-br/acervo-digital/paginas/intensificando-o-desenvolvimento-da-primeira-infancia.aspx>, 2014. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/672591468329077347/pdf/92988oPORTUGUEoCDoOct2014oPRTofINAL.pdf>.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas Públicas: Princípios, Propósitos e Processos.** São Paulo: Atlas, 2014.

DOS SANTOS, Gabrieli Santos et al. Contribuições da Primeira Infância Melhor para o crescimento e desenvolvimento infantil na percepção das famílias. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental**, p. 67-73, 2019. Disponível em: <http://ciberindex.com/index.php/ps/article/view/P111067>.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2016.

GOMES, Magno Federici; FERREIRA, Leandro José. Políticas públicas e os objetivos do desenvolvimento sustentável. **Direito e Desenvolvimento**, v. 9, n. 2, p. 155-178, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/667>.

JACCOUD, Luciana de Barros et al. **Implementação e coordenação intergovernamental na política nacional de assistência social.** 2020. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10227>.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica. **In: Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica.** 2015.

MARTINS, Cleci de Souza Lima et al. **Guia de Integração: PIM e Criança Feliz.** Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://www.pim.saude.rs.gov.br/site/wp-content/uploads/2022/08/Guia-PIM-PCF-1.pdf>.

MUNHOZ, Tiago N. et al. Fatores associados ao desenvolvimento infantil em crianças brasileiras: linha de base da avaliação do impacto do Programa Criança

Feliz. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, p. e00316920, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/5CYG4C6xR5yQzbfqYsjx5zp/>.

SILVA, Lisandra Almeida da Silva. **Os programas primeira infância melhor, criança feliz e o sistema nacional de intervenção precoce português: aproximações e distanciamentos.** 2021. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/9612>.

VENANCIO, Sonia Isoyama. Políticas Públicas dirigidas para primeira infância: uma agenda em expansão. **BIS. Boletim do Instituto de Saúde**, v. 19, n. 1, p. 15-18, 2018.

VENTURA, Tatiana Becker et al. **Políticas públicas de atenção à primeira infância: estudo comparado entre o Programa Criança Feliz e o Programa Primeira Infância Melhor.** 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/24023>.

VERCH, K. Primeira Infância Melhor: Transformando a atenção aos primeiros anos de vida na América Latina: Desafios e conquistas de uma política pública no sul do Brasil. **Banco Interamericano de Desenvolvimento**, 2017. Disponível em: <https://publications.iadb.org/en/primeira-infancia-melhor-transforming-attention-towards-first-years-life-latin-america-challenges>.

ZAGO, Juliana; ANDRIGHETTI, Giordana; SEHN, Amanda Schöffel. Reflexões Acerca da Prematuridade: Papel dos Programas Criança Feliz e do Primeira Infância Melhor. **Salão do Conhecimento**, v. 8, n. 8, 2022. Disponível em: <file:///C:/Users/rafae/Downloads/22010-Texto%20do%20artigo-56055-1-2-20221013.pdf>.